

Do latim ao nosso português

Sônia Costa

O português é uma das línguas resultantes de mudanças do latim falado que, levado à Península Ibérica pelos romanos, aí prevaleceu sobre as línguas dos povos dominados. Nossa língua provém do noroeste da Península, onde povos germânicos expulsaram os romanos e variadas mudanças vieram a produzir o galego-português. Em data ainda incerta, mas seguramente após o século XI, época de fundação do reino de Portugal, o galego e o português se diferenciaram.

A partir desse século a língua nascida no norte começa a sua descida, margeando o Atlântico, levada por exércitos que combatiam invasores muçulmanos (no centro-sul da península desde o século VIII), enquanto preservavam seu território do domínio castelhano, a leste. Em 1249, Portugal chega ao extremo sul e estabelece suas fronteiras, mantidas até o presente. Assim, em meados do século XIII, o português já incorporara elementos do contato com línguas germânicas e com o árabe. Embora a língua escrita oficial fosse o latim, o mais antigo documento em galego-português data de 1214, e, em 1290, D. Diniz tornou o português a língua oficial do reino. Mas não existiam meios de controle da língua escrita, como regras ortográficas ou gramáticas normativas: a normatização do português iniciou-se no século XVI, quando Portugal já começara sua expansão ultramarina e cuidava de fixar sua norma padrão, refletindo, possivelmente, a fala prestigiada da região em torno de Lisboa, sua capital. É interessante observar que à época em que o português foi trazido para o Brasil, surgiam em Portugal as primeiras gramáticas (1536 e 1540).

É incerto o número de línguas indígenas que entraram em contato, no Brasil, com o português. Uma delas, o tupinambá, foi a escolhida em grande parte para a catequese. Entraram também no cenário lingüístico brasileiro muitas línguas africanas, trazidas pelos escravos desde 1536. Características próprias à escravidão no Brasil dificultaram o uso generalizado dessas línguas, mas podemos imaginá-las convivendo com línguas indígenas e com o português, a língua da elite, a língua da escola, mas não a língua materna da grande maioria da população. Até o século XVIII, línguas gerais indígenas e provavelmente alguns falares de base africana generalizaram-se em muitas partes do Brasil. O português só começou a tornar-se língua majoritária a partir de 1757, em decorrência de medidas adotadas pelo Marquês de Pombal.

Como toda língua natural e em decorrência de sua história, o português brasileiro falado e o europeu se diferenciam, assim como ocorre no próprio território brasileiro (diferenças devidas à região, ao grau de escolaridade e idade do falante, à maior ou menor formalidade da situação, etc.). A expressão escrita também varia, com menor intensidade. A norma padrão que se pretende ensinar na escola distancia-se bastante da realidade da língua falada, o que esclarece o paradoxo de ser necessário estudar aquilo que todos sabemos, a língua que falamos todo o tempo. Vamos à escola para aprender o padrão estabelecido para a escrita formal, moldado, na maior parte dos casos, por usos ou muito antigos, ou próprios de Portugal, ou próprios de escritores que, naturalmente, fazem da língua um instrumento estético, longe da praticidade do dia-a-dia. Muitos pesquisadores se preocupam com a dificuldade de ensinar esse padrão a falantes que

não o reconhecem como a sua língua natural. Já que o domínio de um padrão escrito formal é necessário numa sociedade como a nossa, a tendência tem sido tentar adaptar essa norma padrão, aproximando-a da fala de indivíduos considerados cultos e de uma norma escrita que figura, por exemplo, em jornais, revistas e textos científicos de circulação nacional.

Para os que conhecem a história da língua e os processos de produção lingüística, as variações não assustam: são vistas como inerentes a qualquer produção sócio-histórica e como desafios não só para a sua compreensão, como para a busca do necessário equilíbrio entre a criativa expressão cotidiana dos falantes e a expressão normatizada, nunca homogênea nem castradora, mas necessariamente, geral.

Sônia Bastos Borba Costa é professora de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFBA, mestre em Língua Portuguesa , pesquisadora do grupo PROHPOR / UFBA e autora de "O aspecto em Português" (Ed. Contexto, São Paulo, 1990).

(Publicado no suplemento *Vestibular* de A TARDE, 27.11.99)